

Incesto e Sociodrama Familiar

Sandla Wilma de Barros Santos¹

Resumo

Este artigo faz parte do Livro: **A Violência Sexual**: discursos e práticas,² coletânea de artigos, fruto do trabalho da equipe do VIVER.³

Introdução

No período de atuação do Serviço VIVER, que vem prestando, desde 2002, atendimento institucional especializado, foram quantificados, até dezembro de 2004, 2.831 atendimentos a vítimas de violência sexual na Bahia, em sua maioria em Salvador e Região Metropolitana. Dentre essas vítimas, constatou-se que 73% eram crianças e adolescentes, e que 72% dos agressores eram seus conhecidos, quer parentes (40%), quer vizinhos (24%), quer namorados ou amigos da família (36%).

Ressalte-se que foram atendidas 1.347 crianças entre zero e 13 anos de idade, correspondendo a 47% do total das vítimas, 305 destas tendo como suposto agressores pais e padrastos, o que representa o percentual de 23%, conforme Tabela 1.

Tabela 1

¹ Assistente Social com formação em Psicodrama e Grupo Operativo, Sanitarista, Especialista em Intervenção e Prevenção na Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. E-mail: swbs@uol.com.br

² A Violência Sexual: discursos e práticas / organizado por Cohim, Débora;, Silva, Gessé de Souza. Salvador: Currupio, 2006.

³ VIVER – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, serviço da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia que funciona no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) e atende pessoas em situação de violência sexual que formalizaram denúncia em uma delegacia de Polícia ou no Ministério Público.

Vítimas (0 a 13 anos) de agressores sexuais atendidas pelo Serviço VIVER no período

2002/2004

Ano	Pais e/ou Padrastos		Outros		Total
	Nº	%	Nº	%	
2002	132	24	426	76	558
2003	93	23	309	77	402
2004	80	21	307	79	387
Total	305	23	1042	77	1347

Segundo Azevedo e Guerra (1995), esses dados estão condizentes com a situação mundial de violência sexual infanto-juvenil, destacando-se a relevância social de casos de vítimas de incesto no Brasil e a necessidades do estudo do fenômeno, em busca de ações preventivas e de intervenção junto às famílias que vivem esse drama.

Este cenário despertou a busca profissional em caracterizar a dinâmica da família incestuosa, onde o suposto agressor é o pai ou padrasto.

Violência familiar

O fenômeno da violência familiar vem revelando suas faces a cada dia. É no ambiente familiar que muitos experienciam estupros, maus-tratos, espancamentos, homicídios, violências psicológicas, negligências, etc., e iniciam a dolorosa caminhada por delegacias especializadas e de bairros culminando, na maioria das vezes, com suas histórias ou fotos estampadas nas páginas de grandes jornais de todo o país.

A violência intrafamiliar tem características próprias: a ambivalência de vínculos entre vítimas e agressores, a legitimação no cotidiano e o segredo, dentre outras, trazem sérias conseqüências aos sujeitos neles envolvidos e à sociedade.

Descrever *violência familiar* implica, antes de tudo, na definição dos inúmeros aspectos que constituem esse tema e lhe dão sentido. Entender a violência intrafamiliar implica ter uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família; e a forma de relacionamento interpessoal familiar, assim como perceber que a violência não é um fenômeno natural, mas

sim construída e transmitida às novas gerações, uma vez que a violência intrafamiliar se constrói na relação.

Na medida em que se incrementa o conhecimento das relações sociais, ajusta-se o foco na relação dialética entre o homem e a sociedade, o homem e o mundo. Assim, depara-se com um homem que se constrói e é construído na relação com outros seres humanos, mais do que num homem determinado enquanto puro instinto.

Constitui-se numa conjugação distante da previsibilidade e do controle, a partir da qual o próprio saber sobre esse homem é produzido e não dado. Enfim, uma construção complexa que vai sendo elaborada num corpo que não é apenas orgânico, mas que se faz corpo enquanto fundado numa unidade sócio, política, econômica e cultural. É nesse corpo de muitas faces que o homem se constrói. E é a partir desse prisma que as idéias expressas nesse texto se propõem a prosseguir numa aproximação teórico-prática mais coerente, segundo a nossa visão, em torno do sujeito humano.

A problemática da violência deve ser tratada como um aspecto profundamente ligado ao corpo, mas corpo social emaranhado de significações. O fenômeno da violência deve ser avaliado enquanto efeito de uma complexa articulação entre significantes implicados na dinâmica das relações que constituem a coletividade. Portanto, com **violência enquanto um aspecto patológico da relação social e familiar**.

É nessa perspectiva de refletir sobre a violência enquanto aspecto essencialmente humano perpassado pela cultura, vida social, econômica, política e afetiva que se desenvolveu este trabalho. A violência sexual doméstica ou incestogênica pode ser considerada a sua expressão talvez mais velada, a que ocorre no âmbito privado da casa da casa, da família, no íntimo do parentesco.

Forward e Buck (1989) definiram violência sexual doméstica ou incesto como

[...] qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou acreditam te-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, meio-irmãs, avós por afinidade e até mesmo amantes que morem junto com o pai ou a mãe caso eles assumam o papel de pais; se a confiança especial que existe entre a criança e um parente ou uma figura de pai e mãe for violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto [...] (apud CRAMI, 2002).

Todavia a violência do incesto não pode ser traduzida apenas pela relação sexual, mas principalmente pela não diferenciação das funções familiares.

Busca-se refletir sobre a violência doméstica como aspecto que diz respeito ao sujeito na sua relação com a coletividade em sua expressão mais ampla (da sociedade), como também em suas relações afetivas de conformidade com a teoria moreniana, que se referiu à família como sendo a “Matriz de Identidade”, considerando-a a “placenta social da criança, o *locus* onde ela se prende e onde desempenha seus primeiros papéis e estabelece as primeiras relações vinculares (MORENO, 1993, p.114). Esses papéis são definidos como “a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos”. (GONÇALVES; WOLFF; ALMEIDA, 1998, p.67).

A relação familiar

À família cabe a tarefa de iniciar a humanização do indivíduo e a transmissão da herança cultural do grupo a que ele pertence, preparando-o para relacionar-se com a sociedade – na antropologia moreniana, o ser humano é um ser em relação. Essa humanização e transmissão ocorrem através do jogo de papéis existentes em cada Matriz de Identidade. Dessa maneira, para que esses papéis sejam postos em ação é preciso que outro papel o complemente.

A família pode ser caracterizada como

[...] a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas. Família é uma unidade social emissora e receptora de influências culturais e de acontecimentos históricos. Possui comunicação própria e determinação dinâmica [...] (FERRARI, 2002, p.28).

A família pode ser vista então, como o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; o *locus de transmissão de valores e costumes*; a matriz aonde os primeiros vínculos irão se construir e os primeiros papéis atuados e atualizados. Assim, a família é descrita a partir da

sociedade humana em que a mesma está inserida, sendo portanto, uma estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos.

Ferrari (2002), ratificando a teoria moreniana, descreveu a família em seu contexto social como uma parte das redes sociométricas, que, por sua vez, são descritas como [...] fenômenos objetivamente observáveis, apesar de, na sua constituição decorrerem também de variáveis subjetivas. Dentre estas variáveis, estão a tele-sensibilidade de cada um, as correntes de afetos, que permeiam as inter-relações determinadas de átomos sociais (que por sua vez, participa da rede sociométrica) (GONÇALVES; WOLFF; ALMEIDA, 1998, p. 64).

É dentro da família que ocorre a vinculação entre a criança e adultos significativos, pois ela é o *locus, o status nascendi*, a “matriz” desses primeiros vínculos sociais da criança. A valorização do adulto perante a criança desencadeia um processo que, em muitos casos, coloca-a na condição de objeto de dominação desse adulto.

A ideologia de dominação é reproduzida pelos diversos setores da sociedade, mas é principalmente na família, que as mensagens são codificadas e experimentadas por todos os membros. Assim, é importante uma compreensão de que existem fatores gerais construídos na conjuntura sócioeconômico-política, que geram culturas específicas, e essas culturas, enquanto manifestações de leituras de mundo, vão ser traduzidas em mentalidades repletas de definições do que é o homem enxergando a si próprio, o outro, o amor, o ódio, o respeito, a solidariedade, as trocas, enfim, definições do que pode significar a relação de alteridade.

Em conformidade com Moreno (1994), o homem é um ser em relação e seus recursos inatos são a espontaneidade, a criatividade e a sensibilidade. Refere-se à *tele* como sendo “a mais simples unidade de sentimento transmitida de um indivíduo para outro”. (MORENO, 1994, p. 180), entendendo-a como a capacidade de perceber de forma objetiva e real o que se passa nas situações e entre as pessoas.

Pode-se, então, inferir que a relação de alteridade na qual o sujeito passa a ver o outro como diferente de si não se apresenta entre vítimas e agressores da violência sexual intrafamiliar. Quando o incesto ocorre, observa-se que ele confunde, desampara e afeta os vínculos familiares.

Violência sexual incestuosa

Na relação incestuosa, há sempre alguém que a pratica e sofre a violência, mas não se pode reduzi-la somente às pessoas diretamente implicadas. Uns podem ser mais ou menos atingidos, mas todos de alguma maneira testemunham consciente ou inconscientemente o que ocorre na família.

Para explicar a relação que existe entre indivíduos ligados intimamente, constam na teoria moreniana os conceitos de co-consciente e co-inconsciente,

[...] que são, por definição, aqueles que os participantes experimentaram e produziram conjuntamente e que, por conseguinte, só podem ser reproduzidos ou representados em conjunto. Um estado co-consciente ou co-inconsciente não pode ser propriedade de um único indivíduo. É sempre uma propriedade comum e sua representação é impossível sem um esforço combinado. (MORENO, 1993, p.30).

Todos testemunham algo que deve ser mantido em segredo, um segredo muito bem guardado que aparentemente possui a função de continuar mantendo uma estrutura familiar que é fragilizada. O incesto deve ser considerado, portanto, como uma problemática fundamentalmente familiar e não individual.

A trama incestuosa é rígida, difícil de ser quebrada, mantendo uma organização fechada a qualquer tipo de influência ou de ameaça externa. Gera uma confusão de papéis e ambivalências de sentimentos: crianças passam a ser vistas como adultos; pais tornam-se crianças, muitas vezes confundindo-se com os filhos; meninas tornam-se mulheres, meninos homens; a mãe ausente e não protetora dos filhos mostra ambivalência para acreditar na ocorrência do incesto.

A revelação dessa trama provoca uma tormenta familiar; desperta uma série de sentimentos como culpa, rancor, ódio e tristeza. Todos se culpam, se acusam, esperam uma solução imediata para sair da crise. É importante perceber que nem sempre o sintoma se manifesta da maneira logicamente esperada, mas pode permanecer sutilmente encoberto no comportamento das vítimas.

Esses sentimentos de raiva e medo desenvolvidos pela vítima em relação à figura do agressor, ou o sentimento de que a culpa foi dela, ou que foi ela que desencadeou a situação podem provocar vergonha, dificuldades escolares e até abandono dos estudos, receio de confiar nos outros, envolvimento com drogas, fugas de casa, além de profunda subserviência pelo autoritarismo e paradoxal revolta com relação ao mesmo, e dificuldades na área afetiva, na sexualidade e na socialização.

A violência sexual doméstica pode desencadear sérias conseqüências para crianças e adolescentes, além de seqüelas físicas, comprometimentos emocionais na fase adulta, como distúrbios de caráter e do comportamento social, prostituição e sintomatologia pré-delinquente, frigidez e aversão pelas relações sexuais, neurose aguda, reações depressivas com tentativas de suicídio e ciúme excessivo.

Segundo o UNICEF (2000), em 90% dos casos conhecidos de violência sexual contra meninas no Brasil o agressor é o pai ou o padrasto da vítima. Torna-se imprescindível atentar para a linguagem semi-silenciosa de uma criança ou adolescente violentados sexualmente, no sentido de que, através da escuta, surja espaço para a expressão de seu sofrimento, para que seja possível elaborar o trauma e engendrar novas perspectivas de desenvolvimento.

A criança ao nascer entra em um conjunto formado inicialmente por sua mãe - o seu primeiro ego auxiliar -, seu pai, seu(s) irmão(s), tio(s), avós e ocupa um espaço físico no meio da sua família (Matriz de Identidade), além de um “espaço virtual” que predispõe as condições iniciais para o desenvolvimento e onde se instalam expectativas em relação ao papel que ela desempenha e virá a desempenhar, por exemplo, o de unir a família, ajudar a mãe e realizar os feitos em que os adultos fracassaram. É a partir do que recebe nesse meio que a criança começará a viver o processo através do qual irá se reconhecendo como semelhante aos demais e como um ser único, idêntico a si mesmo (MORENO, 1993).

No postulado moreninano, na primeira fase do desenvolvimento, quando não há uma indiferenciação total entre ela e a mãe, a criança inicia seu processo de socialização vivenciando a sociedade através da mãe. Depois, passa à fase do reconhecimento do eu, em que se percebe como indivíduo separado dos outros, até a fase de reconhecimento do outro, quando se coloca no papel de um outro e é capaz de garantir o reconhecimento de si mesmo.

Ferrari (2002, p.29) afirmou que “o problema da criança, hoje, representa quase sempre uma aprendizagem emotiva que seus pais não conseguiram completar no momento evolutivo correspondente”.

Considerações finais

Através do sociodrama familiar vislumbra-se a possibilidade de intervenção na dinâmica relacional, no fortalecimento dos vínculos, contribuindo-se para o desempenho de papéis espontâneos, desenvolvendo-se a capacidade em lidar com conflitos e a obtenção de uma comunicação aberta e clara.

Com vistas a reduzir a violência sexual, há necessidade da intervenção preventiva de equipes interdisciplinares compostas de assistentes sociais, psicólogos, médicos, advogados e enfermeiros, que serão responsáveis por palestras em escolas, creches centros comunitários, etc. Nos casos de violência sexual intrafamiliar, a intervenção deve ser assistencial, sendo indispensável atuar junto à família em sua totalidade, para que não haja perpetuação da relação de poder do agressor sobre sua vítima, pela promoção do despertar do respeito individual e coletivo, com conseqüente desempenho adequado de papéis sociais.

A adequação desses papéis desenvolverá as funções sociais através das quais os indivíduos se relacionarão melhor entre si e com o ambiente.

Bibliografia

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. **A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância (Org.). **Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo; Brasília: Cortez; UNICEF, 2002 (Série Fazer valer os Direitos, 1).

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069/90, Estatuto de 13 de julho de 1990. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 4., 2002. Salvador: SETRAS; EGBA, 2002.

FERRARI, D. C. A. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.) **O Fim do Silêncio na Violência Familiar: teoria e prática**. São Paulo: Agora, 2002, p. 35-56.

GONÇALVES, C.F.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA, W. C. de. **Lições de Psicodrama: Introdução ao pensamento de J. L. Moreno**. 3. ed. São Paulo: Agora, 1998.

MARTIN, E. G. **Psicologia do Encontro: J. L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1996.

MORENO, J. L. - **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1993.

MORENO, J. L. – **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama**. 2 ed., Campinas: Psy, 1993.

MORENO, J. L. - **Quem Sobreviverá?** Fundamentos da Sociometria, psicoterapia de Grupo e Sociodrama. V.2. Goiânia: Dimensão, 1994.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Situação mundial da infância. Brasília: UNICEF, 2000. Disponível em < <http://www.unicef.org.br> >. Acesso em: mar.2005.